

Documento Orientador da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre



2016

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



**PREFEITURA
PORTO
ALEGRE**

**Equipe Responsável pela
elaboração do Documento
Orientador da Educação
Infantil**

**SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO DE PORTO
ALEGRE**

Secretária Municipal de Educação
Cleci Maria Jurach

Diretoria Pedagógica
Adriana Itanajara Guedes
Simone Araújo Lovatto

**Coordenação da Educação
Infantil**

Gislaine Marques Leães
Daniela Molossi

**Equipe de Formação da
Educação Infantil**

Beloni Ozelame Gregianin
Hildair Garcia Câmara
Jaqueline Santos Picetti

Supervisão Técnica
Maria Cláudia Bombassaro

**Assessores Pedagógicos
participantes:**

Alda Arruda Bisso, Angela Bier Haupt do Couto, Carine Imperator Weber, Carla Maciel Salaberry, Cínara da Silva Vicente, Geani Regina Dröescher, Gisele Pelc Prestes, Greice Bem Stivanin, Inês Puhl, Joice Pereira Martins, Joseila Nicoletti Teixeira, Letícia Marlise Petry, Mara Regina Lopes, Maria Fernanda Vergara Rocha Kelbert, Paula Cristiane Lopes, Rodrigo Luiz Barelo, Susana Martins da Costa, Soraia Santana, Vanda Jeane Ferreira Freire, Virgínia Bedin.

Projeto Gráfico e Diagramação
Aline Bisso

Fotos

Crianças das Escolas Municipais de
Educação Infantil

Apresentação

Prezados Educadores,

Este Documento Orientador da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME) apresenta concepções teóricas em relação à Escola para as infâncias a fim de orientar a prática cotidiana.

A Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre (SMED), concebe a Escola de Educação Infantil como um local de encontro e de aprendizagens entre as crianças e das crianças com os adultos, em parceria com as famílias, em um ambiente que acolhe, cuida e contribui para o desenvolvimento infantil.

Este Documento não esgota todas as discussões e possibilidades relativas a Escola de Educação Infantil, constituindo-se em um referencial que aponta questões básicas que precisam ser consideradas por todos os profissionais que atuam nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Sua elaboração considera os estudos e as discussões realizadas nos últimos anos com as Escolas, assim como as concepções apresentadas no Caderno n.º 15/1996 (SMED-POA).

A Equipe da Educação Infantil da SMED entende que este Documento Orientador contribui para que todos os educadores organizem as ações pedagógicas cotidianas, centradas nas crianças, em prol de seu desenvolvimento e aprendizagens.

Equipe da Educação Infantil

Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

Introdução

Este Documento Orientador expressa as concepções da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre em relação à Educação Infantil com vistas a orientar a prática cotidiana nas Escolas. Fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – CNE/CEB (2009) e na Base Nacional Curricular Comum, em construção (BNCC, 2016), e contribui para o alcance das metas dos Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação.

Resultado de um intenso processo participativo e democrático que envolveu gestores, especialistas e profissionais da Educação Infantil, a construção deste Documento Orientador teve início com a elaboração da “Proposta de Referencial Curricular da Educação Infantil – versão preliminar”, em 2011, a partir de ampla participação de toda a Rede Municipal de Ensino, incluindo as Instituições Conveniadas. Articula-se, ainda, com o Caderno Número 15 (SMED/POA), que apresentava a Proposta Pedagógica para a Educação Infantil, no ano de 1996.

Organizado em seis (6) tópicos, este Documento apresenta: Marco Legal, Princípios da Educação Infantil, Concepções da Educação Infantil, Ação Pedagógica: espaço, materiais e tempo, Avaliação e Formação Continuada.

Sumário

Apresentação.....	03
Introdução.....	04
1.Marco Legal	06
2.Princípios da Educação Infantil	07
3.Concepções da Educação Infantil	08
4.Ação Pedagógica: espaço, materiais e tempo.....	14
4.1 Espaço.....	17
4.2 Materiais.....	20
4.3 Tempo.....	21
1.Avaliação.....	24
2.Formação Continuada.....	26
Referências.....	28

1. Marco Legal

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre entende que os sujeitos precisam ser analisados em seus contextos e que fatores históricos e legais influenciam e contribuem para as decisões em relação a implementação de políticas públicas. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 208, inciso IV, determina que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. No Artigo 211, fica estabelecido que os municípios ofertarão a Educação Infantil, além de, prioritariamente, o Ensino Fundamental. No Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/90, em seu artigo 3º afirma-se a criança como sujeito de direitos.

Posterior a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, reconhecendo seu caráter educacional e estabelecendo o objetivo de desenvolvimento integral da criança. Do ponto de vista legal e histórico observa-se um grande avanço

na compreensão e importância dessa etapa da educação. Posterior a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a produção teórica sobre as crianças e a escola para as infâncias foi ampliada, suscitando muitas discussões a respeito de como organizar um funcionamento de escola que garanta a formação integral dos sujeitos. O Ministério da Educação tem em seu site várias publicações orientadoras a respeito do assunto. Atrelado a esse movimento, em 2009, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) emite o Parecer n.º 20, aprovando a Resolução n.º 5, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Destaca-se também a Base Nacional Curricular Comum (BNCC/2015), em fase de consulta pública e elaboração final, como documento oficial a ser considerado. Esses documentos reúnem concepções educacionais e indicam possibilidades de organizar o espaço da escola infantil de modo a garantir uma educação de qualidade para as crianças.



2. Princípios da Educação Infantil

De acordo com o Artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/2009, as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

3. Concepções da Educação Infantil

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre concebe o trabalho pedagógico nas escolas, de acordo com os conceitos abaixo destacados. A compreensão dos mesmos é de fundamental importância para uma prática pedagógica que respeite os direitos das crianças, contribua para o desenvolvimento infantil e aprendizagens promovendo bem-estar a todos os envolvidos. Promover bem-estar envolve acolher, possibilitando que as pessoas se sintam confortáveis e pertencentes a esse espaço.

Escola de Educação Infantil/ Escola para as Infâncias: é um lugar que deve promover o encontro das crianças e entre crianças e adultos, para juntos compartilharem a vida cotidiana e as experiências educativas próprias de seu processo de desenvolvimento, em prol da aprendizagem. A escola infantil é um lugar que acolhe as crianças e as famílias, em seus contextos sócio-culturais, que proporciona bem-estar e experiências significativas que potencializam aprendizagens sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. A função primordial da Escola de Educação Infantil é

criar condições para que as crianças aprendam e se desenvolvam, com base na indissociabilidade do cuidar e educar. A escola é um lugar de produção de conhecimentos, os quais se constituem por meio da interação com o outro e com o mundo, do estabelecimento de diferentes relações e da vivência de boas experiências.

Criança: Concebe-se criança como pessoa que vive as experiências da primeira



vez, em uma sucessão de começos que caracterizam a etapa inicial da experiência humana. Ela é um ser-sujeito potente, com competências diversificadas que interage em seu ambiente e com seus parceiros (outras crianças e adultos) e aprende na experiência. Desde bebê a criança é capaz de interpretar sinais, tais como entonação da voz, sons, odores, gestos, toques, mímica facial, respondendo a eles através de diferentes manifestações corporais e emocionais. De suas interações primeiras, permeadas de afeto, retira a sustentação para posteriores relações com o outro e com o mundo, sobretudo as diferentes linguagens promotoras de sua comunicação social. Desse modo, ao interagirem com o meio físico e social as crianças vivem no conhecimento e conhecem no viver.

As crianças têm características pessoais e coletivas, que as diferenciam e as universalizam. Como protagonista de seu viver, cada criança traz consigo múltiplas possibilidades de construir significados, atribuir sentidos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Assim, afirma-se nossa concepção de criança como sujeito de direitos, de forma que, nas Instituições de Educação Infantil, a criança deve ser o centro do planejamento curricular.

Infância: categoria construída a partir do contexto social, histórico e cultural em que cada criança se encontra. Deve ser considerada dentro de uma perspectiva plural e flexível, já que há muitas formas de vivê-la. É um período único da vida, no qual os grandes marcos do desenvolvimento acontecem.

Brincar: é uma ação livre, iniciada e conduzida pela própria criança e/ou seus pares, quando elas mesmas tomam suas decisões e escolhem com o que brincar. No brincar as crianças olham e pegam coisas que lhes interessam, interagem com pessoas, expressam o que sabem



fazer e mostram com seus gestos, pelo olhar, pela palavra, como compreendem o mundo. Nessa liberdade do brincar o que impulsiona as ações da criança para explorações é o prazer, emanado da própria conduta lúdica e não do resultado. Além de possibilitar às crianças as múltiplas explorações simbólicas do real, exercitadas no jogo simbólico, as brincadeiras também oportunizam, através das narrativas, o desenvolvimento da linguagem e a resolução de problemas na interação entre pares.



Acolhimento: Acolher é estar aberto ao outro, estabelecendo uma relação de confiança e vinculação. O conceito de acolhimento compreende o cuidar na sua dimensão de preocupação com o outro, de receber o outro em sua inteireza. Para acolher são necessárias habilidades cuidadoras inspiradas na confiança no humano, que se traduzem com uma postura de escuta acolhedora. Logo, saber ouvir, ser sensível ao outro, saber tocar com suavidade, falar com docilidade, dialogar, olhar olho no olho, chamar pelo nome, são atitudes fundamentais desse processo de acolhida. A escuta acolhedora e o olhar sensível e cuidadoso significam também uma postura de investigação, de tentar se colocar na perspectiva da criança que está querendo entender os mecanismos da linguagem e significa também tentar compreender quais hipóteses a criança está construindo.

Interação: A interação é compreendida como a trocas de ações possíveis entre pessoas e/ou dessas com materiais físicos e situações. A interação tem significado quando há a troca, a construção e a partilha social entre as pessoas em relação aos objetos, conhecimentos, sentimentos e acontecimentos. É na interação entre pares de crianças que são construídas as culturas infantis.

Aprendizagem: A aprendizagem é o processo pelo qual a criança interage com o objeto e com o meio, que pode ser algo material, situação e/ou outra pessoa, respondendo para si mesma os desafios provocados por essa interação.

Autonomia: no seu sentido amplo, diz respeito à capacidade de tomar e conduzir iniciativas próprias em relação ao próprio corpo, às atividades motoras, cognitivas, lúdicas e morais, conduzindo-as até o fim e/ou procurando a ajuda de um adulto ou de um parceiro, sempre que sentir necessidade. (BONDIOLI&MANTOVANI, 1998). Na perspectiva do desenvolvimento moral, a autonomia pode ser compreendida como a possibilidade de pensar de acordo com um conjunto próprio de normas, levando em conta os outros e também a si próprio. Assim, autonomia não é um fator inato nas crianças. Ela é constituída a partir do estabelecimento de relações sociais, onde a criança é instigada a compreender a natureza da sociedade, bem como as regras morais e a interagir a partir da cooperação.

Currículo: “(...) é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças

com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.”(BRASIL, 2009, pg. 6). Nesse sentido, “o currículo pode ser organizado a partir dos conteúdos da experiência da criança e continuar em direção com os conteúdos dos programas definidos pelas escolas, ou seja, ambos pertencem ao mesmo processo de formação humana.” (BNCC/2015)

Planejamento: o planejamento é um processo imprescindível e fundamental ao contexto escolar. Planejar é antecipar mentalmente e registrar as ações com vistas à organização da ação pedagógica. Planejamento é movimento permanente e exige responsabilidade, consciência, intencionalidade e a exata noção da função social da Escola de Educação Infantil, a fim de superar o improvisado e a implementação de ações espontaneístas, aleatórias e imediatistas. Essa perspectiva de planejamento se torna possível quando a participação de todos está garantida e quando se compreende que educar e cuidar na escola infantil envolvem questões éticas, políticas e culturais que exigem reflexões completas, complexas e críticas. A previsão e a organização do cotidiano escolar constituem-se em um processo contínuo de planejamento que

deve ser registrado em forma de planos e/ou projetos.

Educadores: São os professores, monitores e profissionais de apoio educativo, que tem o papel de estar junto das crianças, observando-as, apoiando-as em seus processos de aprendizagens e compreendendo seu desenvolvimento, de forma a responder adequadamente às suas necessidades. Os profissionais da educação necessitam reconhecer as capacidades das crianças, compreendendo-as como sujeitos potentes e que constroem conhecimentos pela interação. Portanto, precisam:

Promover o cuidado em espaços que potencializem a segurança básica das crianças;

Ouvir as crianças em suas diferentes linguagens;

- Organizar o ambiente colocando à disposição das crianças oportunidades e possibilidades que orientem experiências significativas, ressignificando o espaço como um outro educador;

- Saber intervir quando necessário, identificando o momento mais adequado para recompor, reordenar, fornecer ou retirar os materiais e os instrumentos disponíveis;



- Considerar que as crianças passam o dia na escola e, portanto, é preciso realizar a gestão do tempo levando em conta a jornada das crianças.

- Realizar a gestão do grupo de crianças: observar, seguir, acompanhar, decidir, sustentar, provocar, estar disponível, estar atento, cultivar o diálogo, dar apoio às crianças, ser co-protagonista, acolher;

- Saber documentar os processos vividos pelo grupo de crianças e pelas crianças para compreendê-las. Isso envolve pensar/imaginar quais competências, processos e relações às crianças estão experimentando/construindo.

- Possibilitar espaços para o diálogo entre as crianças em situações interativas, sobretudo quando da emergência de conflitos, se colocando como mediador de entendimentos e negociador de significados.

Família: é o primeiro grupo social ao qual a criança pertence, devendo ser acolhida. Possui diferentes formas de organização que envolve afetos, ideologias, saberes e costumes. Constitui-se, conforme o momento histórico e o contexto cultural no qual está inserida.

4. Ação Pedagógica: espaço, materiais e tempo

A ação pedagógica envolve planejar o uso dos espaços, materiais, tempo e grupos a fim de garantir um ambiente positivo que desafie as crianças a vivenciar boas experiências e promova aprendizagens sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Logo, a ação pedagógica da escola infantil constitui-se no planejamento de como os profissionais da educação e as crianças se encontram, ao longo da jornada pedagógica. Acredita-se que as crianças aprendem por meio de interações e brincadeiras e que a escola infantil tem um compromisso com o desenvolvimento e com as aprendizagens das mesmas,

articulando as questões da vida cotidiana com os conhecimentos socialmente construídos.

No arranjo curricular da Educação Infantil os conteúdos estão organizados em Campos de Experiências, conforme indica a Base Nacional Curricular Comum, em construção (BNCC/2015).

Os Campos de Experiências, conforme expresso na BNCC, “acolhem as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte de nosso patrimônio





cultural”. Não estão centrados nem só na criança ou no professor, mas nas relações entre ambos e nas situações de contextos, conhecimentos familiares, saberes, linguagens, enfim, no mundo (incluem as práticas sociais e culturais de uma comunidade e as múltiplas linguagens simbólicas que nela estão presentes).

Eles potencializam experiências de distintas naturezas, dadas a relevância e a amplitude dos desafios que uma criança de até 6 anos enfrenta em seu processo de viver, compreender o mundo e a si mesma.

Como forma de organização curricular, os Campos de Experiência devem nortear o planejamento do tempo, do espaço e dos materiais, convergindo e articulando com as narrativas das crianças produzidas nas interações e brincadeiras.

Segundo a BNCC, os campos de experiências a serem considerados são:

O Eu, o outro e o nós

Corpo, gestos e movimentos

Escuta, fala, pensamento e imaginação

Traços, sons, cores e imagens

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Nesse sentido, a ação pedagógica vai se desenvolver articulando aquilo que as crianças narram e compartilham, das mais diferentes maneiras na sua interação cotidiana, com os diferentes Campos de Experiências que potencializam experiências diversas que devem estar presentes na organização da jornada das crianças. Os Campos de Experiências indicam os conhecimentos fundamentais a serem considerados e organizados em experiências significativas.

Os profissionais da educação, sabendo disso, assumem a postura de observar atentamente, procurando compreender os processos das crianças na interação com os diferentes Campos de Experiências.

A observação e o acompanhamento das crianças geram a necessidade de documentação por meio de registros por escrito, fotos e outras formas, a fim de garantir materiais que ajudem na compreensão do percurso educativo de cada criança, do grupo de crianças e das propostas que estão sendo organizadas para garantir a aprendizagem. Essa documentação requer análise cuidadosa por parte da equipe de profissionais



do grupo etário, nas reuniões de planejamento. Sendo assim, a dinâmica de ação pedagógica segue a seguinte ordem:

- 1) Planejamento do espaço – tempo – materiais – grupo, considerando os Campos de Experiências e as narrativas das crianças;
- 2) Ação – interação das crianças com o que foi planejado, com observação e acompanhamento da equipe de profissionais e documentação dos processos de interação das crianças;

3) Análise da documentação e avaliação dos processos com discussão pela equipe de profissionais da escola, com vistas a compreender os movimentos de cada criança, do grupo de crianças, do planejamento executado e, assim, replanejar nova ação pedagógica, reiniciando o ciclo.

A Coordenadora Pedagógica ^[1] da escola deve dar suporte para a concretização desse ciclo.

O planejamento da ação pedagógica em cada grupo etário deve considerar as necessidades das crianças com relação:

às interações com seus pares e com os adultos;

às brincadeiras;

aos cuidados básicos (higiene, sono e alimentação);

às experiências significativas que promovem aprendizagens sobre si, sobre o outro e sobre o mundo;



à necessidade de tempo para que as experiências sejam significativas;

à necessidade de ser escutado, ter suas narrativas, falas consideradas e ter alguém que preste atenção em suas ações, desejos e necessidades.

O planejamento deve ser realizado em reuniões de equipe do grupo etário. Deve ser acompanhado e avaliado pela coordenação pedagógica da escola para auxiliar no processo de repensar este planejamento, de maneira contínua.

O planejamento visa à intencionalidade pedagógica da ação cotidiana, instrumentalizar os educadores, potencializar a ação cotidiana e dar visibilidade ao percurso educativo da criança, criando condições para elas aprenderem.

[1] Coordenadora Pedagógica é o profissional que responde tecnicamente pelo trabalho pedagógico da escola.

4.1 Espaço

Os espaços não se resumem à estrutura física, mas podem significar a dimensão física do cuidado, pois se caracterizam e se modificam nas vivências, interações e significados pelas/das crianças e adultos que os habitam, assumindo assim a condição de ambientes. Nesse sentido, se traduzem em facilitadores de relações agradáveis, de múltiplas aprendizagens e do exercício de escolhas, aspectos fundamentais de autonomia motora, moral e intelectual.



A forma como se organizam os espaços e o que se comunica nas paredes das salas e corredores, diz muito sobre as concepções que os profissionais tem a respeito de criança, infância e Educação Infantil.

Os espaços, os mobiliários e os materiais são importantes mediadores para as experiências e para as aprendizagens das crianças. Devem atender às necessidades da infância e propiciar desafios, descobertas e possibilidades para brincadeiras e interações, eixos fundamentais e fundantes da organização do currículo.

Salas referências, corredores, banheiros, refeitório, pátio, enfim, todos os espaços físicos da escola se constituem como lugares das/para as crianças: lugar de acolhimento, de relações, de encontros, de personalização, de segurança e de desafios.

Enquanto lugar de acolhimento, os ambientes da escola devem ser pensados para acolher os universos infantis, as famílias e os educadores. O acolhimento é essencial durante toda a jornada das crianças e adultos na escola, e se caracteriza pela promoção do bem-estar, do diálogo e da escuta cotidiana. As paredes apresentam a declaração

pública das concepções e ações da escola. Desta forma, as paredes têm uma função estética, de comunicação, de provocação e de valorização das experiências das crianças na escola.

Como lugar de relações, a organização dos ambientes deve assegurar a existência e o fluxo das interações das crianças com outras crianças, com os adultos, com a mobília e com os materiais, entendendo a criança como protagonista e produtora de cultura infantil, que se ressignifica a partir dessas relações.

Considerando o acima exposto e que a aprendizagem das crianças se dá por meio da interação e da brincadeira, os diferentes ambientes da escola podem ser planejados em áreas circunscritas, entendidos como espaços semiabertos que demarcam possibilidade de diferentes agrupamentos entre as crianças para compartilharem experiências. Para a constituição de cada área circunscrita o educador precisa considerar as necessidades e desejos das crianças com aquilo que ele sabe que é importante para cada etapa do desenvolvimento infantil, selecionando e organizando materiais e brinquedos que ofereçam boas experiências de aprendizagem.



É preciso proporcionar também, dentro da sala referência, um lugar aconchegante e protegido que garanta a individualidade das crianças, possibilitando momentos de privacidade e momentos individuais. Destaca-se que, em uma jornada de 12 horas diárias, é fundamental garantir para as crianças momentos de sozinhez e de descanso, independente do conjunto

de ações que os demais estejam fazendo. Esta é uma aprendizagem emocional importante para o desenvolvimento das crianças!

4.2 Materiais

Os materiais são instrumentos de promoção de aprendizagens na escola infantil, podendo ser estruturados e não estruturados. A forma como são organizados, constituem um entorno positivo, que cria condições para a interação e a brincadeira.

Materiais estruturados são os brinquedos e objetos que na sua constituição já indicam uma ação pré-determinada. Exemplo: boneca, carrinho, panelinha, fogão, dentre outros.

Materiais não estruturados são todos aqueles elementos/objetos, da natureza ou não, que não apresentam de imediato uma intenção pré-determinada de uso, como por exemplo: blocos de madeira, pedaços de tecido, cones, fios, galhos, linhas, dentre outros.

Os materiais não estruturados e os brinquedos, não se excluem, mas se complementam e criam enredos para as explorações e brincadeiras.

Jogos são materiais estruturados com regras e objetivos a serem alcançados.

A Escola de Educação Infantil deve oferecer às crianças uma pluralidade de materiais, brinquedos e jogos, planejados em quantidade e diversidade, conforme a



etapa da criança e a compreensão de suas necessidades, para criar oportunidades de brincar, imaginar e criar.

Nesse sentido, todos os materiais, brinquedos e jogos ofertados às crianças devem considerar os seguintes critérios:

- estar limpos e em bom estado de conservação;
- estar acessíveis às crianças;
- ter quantidade suficiente para uma boa exploração;
- estar organizados em cestos ou potes;
- ter variedade;
- oferecer polissensorialidade (ser de diferentes materiais: tecido, madeira, vidro, plástico, entre outros);
- ser adequados à necessidade de aprendizagem das crianças;
- considerar a pluralidade de crianças que são atendidas na Educação Infantil.

4.3 Tempo

O tempo é o pano de fundo para os acontecimentos da vida cotidiana. Dentro desta perspectiva é importante pensar o conceito jornada. A jornada refere-se às experiências vivenciadas pelas crianças que ocorrem ao longo do dia no espaço da escola. Deve ser organizada pelos adultos, considerando a participação ativa das crianças. Nesta perspectiva o centro da ação pedagógica está articulado com as necessidades, curiosidades e desejos das crianças.





A jornada refere-se tanto ao acontecimento das ações “rotineiras, triviais (chegada, saída, higiene, alimentação...), como é o lócus onde há a possibilidade de encontrar o inesperado, onde se pode alcançar o extraordinário, onde se tem o tempo e o ritmo individual e coletivo respeitados (BARBOSA, 2006). Neste sentido, o educador deve planejar a jornada da criança, desde o horário da entrada até o horário da saída.

Na jornada, há rituais que marcam de forma previsível acontecimentos que passam a ser familiares para os participantes da vida cotidiana da escola. A maneira como o grupo e as crianças

vivenciam os rituais e os internalizam mostram parte do percurso educativo de cada um. Reitera-se que nos rituais há um funcionamento que é estável e há também espaço, abertura para o novo, o inesperado, o não previsível, que é compartilhado por cada um que participa do cotidiano. É nos primeiros encontros que as crianças aprendem com os adultos e demais parceiros os rituais que compõem a jornada. Ao longo do tempo, com a apropriação desses rituais, as crianças vão exercitando sua autonomia, possibilitando que consigam agir sem a tutela dos adultos. Esses rituais também auxiliam as crianças na organização

temporal, bem como na constituição da estrutura psíquica. Cabe ao educador estar atento à necessidade da utilização e renovação destes rituais. Deste modo também é possível acompanhar o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças, que se estabelecem nas relações e interações entre os envolvidos neste processo.

A jornada ainda é composta de momentos conduzidos e de momentos optativos, que devem ser alternados ao longo do dia, de modo a garantir diferentes possibilidades de ação para as crianças. Os momentos conduzidos são aqueles em que o adulto indica para a criança o que será feito. Os momentos optativos são aqueles em que

a criança escolhe qual será a experiência a ser vivenciada, de acordo com o que está disponível no ambiente.

Como já dito anteriormente, as crianças aprendem de forma compartilhada na convivência diária com adultos e outras crianças, decidindo sobre o uso dos seus próprios tempos, individuais e coletivos e tendo a possibilidade de reconhecer como é constituído o seu cotidiano e que tempo precisam reservar para aquilo que consideram significativo e importante.

Destaca-se ainda que as crianças precisam de tempo para experimentar e se experimentar, sem interrupções. Experimentar o tempo desse modo





proporciona o exercício da autonomia e torna a experiência mais complexa. Ao planejar a ação pedagógica é preciso garantir tempo para que as crianças, entre elas, com a mediação e o acompanhamento dos adultos, explorem, experimentem, narrem, se agrupem, inventem, criem, se desafiem, resolvam conflitos e sejam desafiadas, dentre tantas outras possibilidades de encontro entre esses sujeitos.

5. Avaliação

De acordo com o proposto no Artigo 10 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/2009, a avaliação do desenvolvimento das crianças na Educação Infantil não tem o objetivo de seleção, promoção ou classificação.

O principal objetivo da avaliação na Educação Infantil é o acompanhamento dos processos das crianças, revelando as aprendizagens que realizam. É um direito das famílias acompanhar o percurso dos seus filhos, porque compartilham com a escola a educação das crianças pequenas.

Na perspectiva de que a avaliação é

acompanhamento de processo, destaca-se a importância de saber observar as crianças ao longo da jornada cotidiana, procurando conhecer e compreender seus modos de pensar, brincar, interagir, se relacionar, pintar, desenhar, narrar, dentre tantos outros. Para observar as crianças é importante construir roteiros de observação que indicam o que se pretende observar, direcionando o olhar. Acompanha a observação a documentação dessa, que pode ser por meio de registros escritos, fotos ou filmagens. Esse material constitui-se em importante documento para a equipe da escola analisar e avaliar a criança, o grupo de crianças e a ação

pedagógica desenvolvida. Essa análise pode acontecer em reuniões de equipe de grupo etário, especialmente organizadas para esse fim, as quais podemos chamar de Reuniões de Análise dos Processos das Crianças. Esses encontros não têm por objetivo classificar as crianças, mas sim analisar os processos documentados de forma contextualizada com vistas a compreender cada criança.

Considerando o apontado acima deve-se organizar um relatório de avaliação dos processos das crianças, para documentar suas aprendizagens e seu processo de desenvolvimento e compartilhar com as famílias.





Para comunicar e entregar esses documentos para a família indica-se que seja realizado um momento de encontro dialogado com cada família pensando em conjunto a criança. Nesse momento os profissionais devem ler o relatório com as famílias e dialogar sobre o documentado a fim de juntos compreenderem a criança, compartilhando o vivido na escola e o vivido na família. Entende-se que esse momento é de fundamental importância para estabelecer uma relação de parceria com as famílias, compartilhando o percurso da criança e aprofundando o vínculo de confiança entre família e escola, em prol da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças.

6. Formação Continuada

Compreende-se formação continuada como todos os momentos de estudo e reflexão realizados pelos sujeitos envolvidos na ação pedagógica.

O processo de formação continuada desenvolve-se em dois momentos: nas situações cotidianas de diálogo sobre os fazeres da escola e nos encontros formais de reunião entre os sujeitos.

As situações cotidianas de diálogo são momentos importantes para a compreensão da prática com as crianças e apontam indícios para as necessidades



de discussão maior. Devem ser compartilhadas nos momentos formais.

Parte-se da premissa de que nos constituímos educadores a cada dia. Neste sentido, o processo de formação continuada dos profissionais da escola deve ser pensado a partir do diagnóstico das necessidades formativas da equipe, considerando as necessidades individuais de cada profissional, articulado com os fazeres cotidianos destes profissionais com as crianças. É desta análise que devem surgir às pautas a serem lançadas nas reuniões de equipe diretiva da escola, nas reuniões de grupo etário e para os encontros mensais de formação da escola.

Os espaços de formação continuada das equipes da escola são momentos para estudar, discutir e analisar as situações cotidianas da ação pedagógica com as crianças, com vistas a compreendê-las em prol da aprendizagem de todos.

Haverá propostas que serão para todo o grupo, para parte dele, por grupo de atuação (berçário, maternal, jardim) ou por segmentos (educadores ou profissionais de cozinha ou limpeza). Essa decisão vai depender das necessidades identificadas no diagnóstico. São estas necessidades que irão pautar os momentos de formação continuada (encontros mensais e outros que julgarem possíveis) que devem ser organizados por meio de diferentes estratégias.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos - uma abordagem reflexiva. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Federal n. 8069 de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 1990.

_____. Lei Federal n. 9394 de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.3 v.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à Educação. Brasília: MEC/SEB, 2005.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: MEC/SEB, 2015. Versão para consulta pública.

_____. Parâmetros de qualidade para Educação Infantil. V. 1 e 2. Brasília: MEC/SEB, 2008.

_____. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Resolução 03 de 2001. Estabelece normas para a oferta da educação infantil no SME. Porto Alegre: CME, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 20, de 9 de dezembro de 2009. Brasília: CNE/CEB, 2009.

_____. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE/CEB, 2009.

PORTO ALEGRE. Proposta Pedagógica da Educação Infantil (2ª edição revisada e ampliada). Cadernos Pedagógicos 15, Secretaria Municipal de Educação, Porto Alegre, dezembro de 1999.

PORTO ALEGRE. Proposta de Referencial Curricular para a Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Versão Preliminar). Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura de Porto Alegre, Dezembro de 2011.

PORTO ALEGRE. Plano Municipal de Educação 2014-2024. Porto Alegre, 2014.